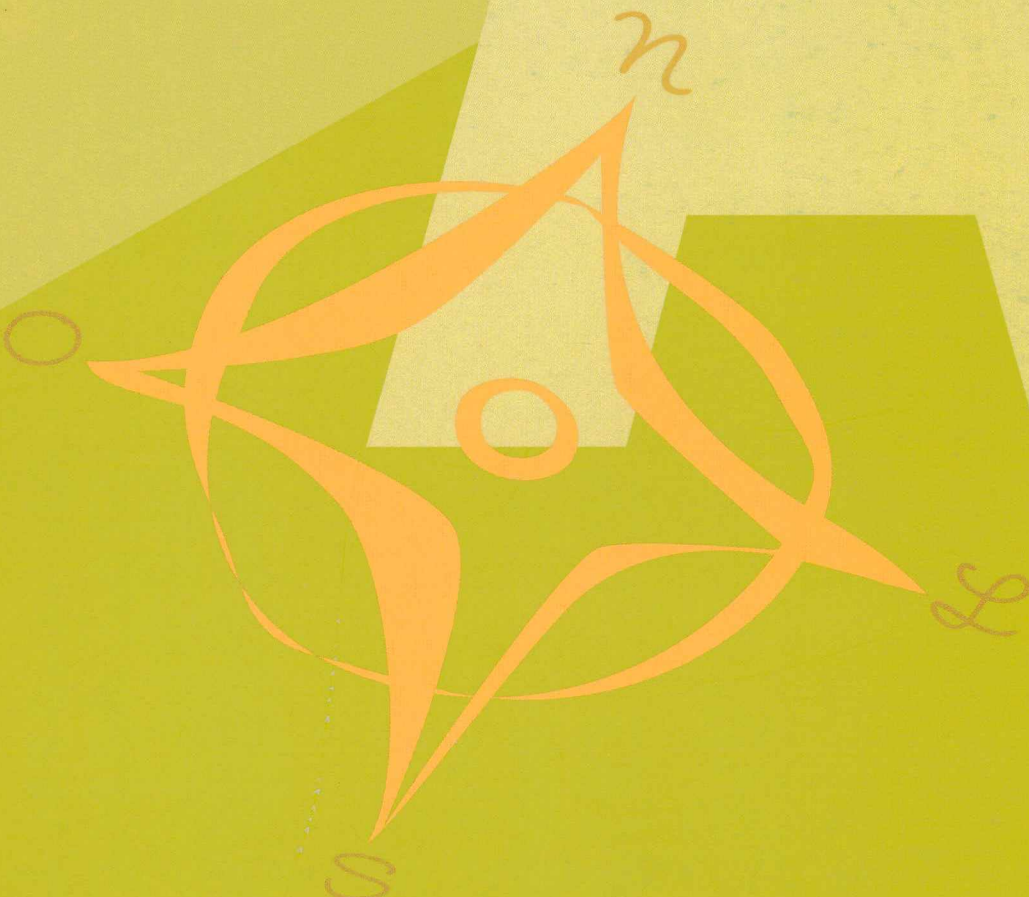




Alfabetização e analfabetismo

desafios para as políticas públicas



Alfabetização e analfabetismo

desafios para as políticas públicas

Realização



Iniciativa



Ação Educativa

Patrocínio



Debate Alfabetização e Analfabetismo:

desafios para as políticas públicas

Evento realizado em 3 de setembro de 2003, no auditório do Instituto Itaú Cultural, e transmitido ao vivo pela Rede SescSenac de TV, por iniciativa do Observatório da Educação e da Juventude, programa da Ação Educativa patrocinado pela Petrobras.

Ficha Técnica

Coordenação do evento: Wagner Santana

Produção do evento: Luciana Pandolfi, Michelle Ohl e Rita de Cássia da Silva

Coordenação editorial: Iracema Nascimento – MTb 24636/SP

Redação e edição: Jaqueline Lemos – MTb 657/GO

Pesquisa: Tania Portella

Colaboração: Aninha Pecci, Camilla Croso e Silva, Claudio Leonardo dos Santos, Márcia Cristina de Oliveira, Maria Clara Di Pierro e Miro Nalles

Fotografias: André Penteado

Revisão de texto: Jandira Albuquerque de Queiroz

Projeto gráfico e diagramação: Sandra Kaffka/ArteAgora

Impressão: Graphbox

Ficha Catalográfica

Alfabetização e analfabetismo : desafios para as políticas públicas
(2003 : São Paulo)

Síntese do debate Alfabetização e analfabetismo :
desafios para as políticas públicas / Ação Educativa. –
São Paulo : Ação Educativa, 2003.

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Alfabetização – Educação.
I. Ação Educativa. II. Título

CDD 379.81

□ Índice

■ Apresentação	07
Quem é quem	11
Ação Educativa	13
Observatório da Educação e da Juventude	15
■ Contexto nacional	17
■ Em debate	25
Desafios de hoje	27
Como fazer?	31
Interlocuções	33
Controle social e avaliação	37
Financiamento e impactos	39
■ Diálogo com o público	43
■ Mergulho no tema	49
Instituições	51
Textos e publicações	54

Apresentação



Quem é quem
Ação Educativa
Observatório da Educação e da Juventude







□ Apresentação

O analfabetismo é um dos temas centrais da agenda política nacional atualmente. Pela sua complexidade e impacto social, é um debate que tem mobilizado amplos segmentos da sociedade em reflexões sobre os percursos já trilhados na área, sobre as diferentes propostas e métodos desenvolvidos no País e sobre os rumos e os desafios futuros colocados para o governo federal iniciado em 2003.

Com o objetivo de discutir os principais desafios para o enfrentamento do analfabetismo, mostrar a diversidade de idéias sobre algumas das mais significativas propostas de alfabetização no Brasil e apontar os possíveis caminhos para as políticas públicas do setor, esta publicação apresenta uma síntese do debate “Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas”, realizado no dia 3 de setembro de 2003, em São Paulo. O evento foi organizado pelo Observatório da Educação e da Juventude, programa da Ação Educativa patrocinado pela Petrobras, em parceria com o Instituto Itaú Cultural e a Rede SescSenac de Televisão.

Diante da riqueza do tema, buscamos ampliar as discussões e reflexões surgidas no debate, trazendo ao leitor informações adicionais. O capítulo **Contexto nacional** é o ponto de

partida, no qual apresentamos um panorama resumido, com dados sobre o Programa Brasil Alfabetizado, lançado oficialmente pelo Ministério da Educação no dia 8 de setembro de 2003, e com os aspectos políticos e conceituais mais gerais que perpassam as definições de políticas públicas para a área de alfabetização e educação de adultos.

No capítulo **Em debate**, sistematizamos as discussões entre os expositores em blocos temáticos: Desafios de hoje; Como fazer?; Interlocuções; Controle social e avaliação; Financiamento e impactos.

Já no capítulo **Diálogo com o público**, sintetizamos alguns dos questionamentos feitos pelos participantes e as respostas elaboradas pelos expositores. E, permeando os capítulos **Em debate** e **Diálogo com o público**, selecionamos alguns depoimentos de alfabetizandos do Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) e do Programa Alfabetização Solidária, que, apesar de não terem participado do debate, mostram em suas falas a importância do processo de alfabetização em suas vidas.

Para finalizar, em **Mergulho no tema**, oferecemos ao leitor dicas de instituições, sites e textos que discutem a

alfabetização e a educação de jovens e adultos, de forma a contribuir com aqueles que tenham interesse em se aprofundar no tema.

Esperamos que esta publicação colabore para intensificar e qualificar o debate

sobre o analfabetismo, a alfabetização e os desafios para as políticas públicas do setor. E que ela também se constitua como mais um estímulo ao intercâmbio e às reflexões entre os vários segmentos da sociedade organizada e os diversos níveis governamentais.



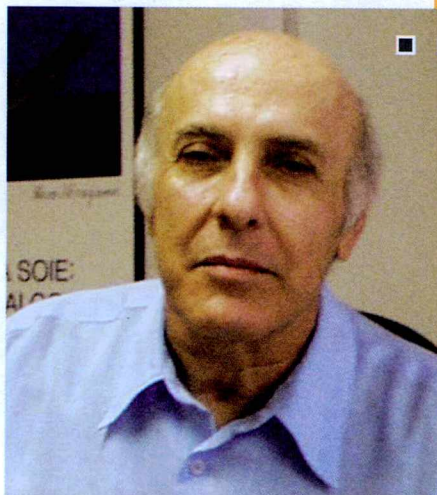


□ Quem é quem

O debate “Alfabetização e analfabetismo: desafios para as políticas públicas” contou com a participação dos seguintes debatedores:

■ **Célio da Cunha**, Unesco
(Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

Com representação no Brasil desde 1972, atua por meio de projetos de cooperação técnica, firmados com o governo com o objetivo de auxiliar a formulação e a operacionalização de políticas públicas sintonizadas com as grandes metas acordadas entre os Estados membros. Atua também com instâncias da sociedade civil, na medida em que seus propósitos contribuam para as políticas públicas de desenvolvimento humano.



Célio da Cunha

é doutor em Educação. Foi superintendente de Desenvolvimento Social e de Ciências Humanas e Sociais do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e diretor de Políticas Educacionais da Secretaria de Ensino Fundamental do MEC (Ministério da Educação). Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, atualmente é assessor especial da Unesco no Brasil.

■ **Liana Borges**, Mova (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos)

O primeiro Mova foi criado em São Paulo, em 1989, quando Paulo Freire era secretário municipal de Educação (1989-1990). A partir dessa experiência, muitos outros foram criados no País, consolidando a Rede Mova Brasil. A Rede tem como premissa a parceria entre a sociedade civil e o poder público e promove uma ação alfabetizadora popular como ferramenta para a participação cidadã.



Liana Borges

é mestre em Educação, assessora do gabinete da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (RS) e membro da coordenação da ONG Diálogo: Pesquisa e Assessoria em Educação Popular. De 1989 a 1998, coordenou a Educação de Jovens e Adultos e o Mova na Prefeitura de Porto Alegre, e de 1999 a 2002 desempenhou as mesmas funções no governo do Rio Grande do Sul.

Regina Esteves, mestre em Gestão Universitária, desde 1998 é superintendente executiva da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária. Foi pró-reitora financeira da Universidade São Marcos, em São Paulo (1994 – 1996) e diretora de projetos do MEC (1996 – 1998).



■ **Regina Esteves**, PAS
(Programa Alfabetização Solidária)

Criado em janeiro de 1997 pelo Conselho do Comunidade Solidária, iniciativa ligada ao governo federal, o Programa Alfabetização Solidária é hoje uma instituição da sociedade civil que tem como objetivos reduzir os altos índices de analfabetismo e ampliar a oferta pública de educação de jovens e adultos. Mantém parcerias com diversas empresas, organizações, instituições de ensino, pessoas físicas, prefeituras, governos estaduais e também com o MEC.

Vera Masagão Ribeiro

é doutora em Educação pela PUC-SP, assessora e pesquisadora da Ação Educativa. Desenvolve trabalhos nas áreas de educação de jovens e adultos, alfabetismo e letramento. Entre suas publicações, destacam-se *Letramento no Brasil* (Global, 2003), *Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras* (ALB/Ação Educativa/Mercado de Letras, 2001) e *Alfabetismo e atitudes* (Papirus, 1999).



■ **Vera Masagão Ribeiro**, Raaab
(Rede de Ação Alfabetizadora de Adultos do Brasil)

A Raaab articula educadores e coordenadores de programas de educação de adultos, pesquisadores, administrações públicas, movimentos sociais, sindicatos e outras entidades ligadas à área no Brasil. Publica a revista *Alfabetização e Cidadania*, apóia o movimento de Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e a realização do Eneja (Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos).



□ Ação Educativa

Ação Educativa é uma organização não-governamental fundada, em 1994, com a missão de contribuir para a constituição e a efetivação de direitos educativos e da juventude, tendo em vista a promoção da justiça social, da democracia participativa e do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Para realizar essa missão, a Ação Educativa combina diferentes estratégias: ação local e experimentação pedagógica; formação e capacitação de jovens, educadores e outros agentes sociais; articulação e participação em redes e fóruns nos âmbitos local e nacional; promoção de campanhas de sensibilização e mobilização; pesquisa e difusão de informações e conhecimentos; promoção de debates e intercâmbio; produção de materiais educativos; assessoria a órgãos públicos; diálogo e pressão junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A opção de combinar essas diversas estratégias constitui a própria identidade da instituição. Reunir os diferentes atores e promover o diálogo e a colaboração são as principais marcas do estilo de atuação da Ação Educativa.

Seus objetivos estratégicos para o triênio 2004-2006 são os seguintes:

- Ampliar e fortalecer a capacidade de intervenção dos jovens no espaço público;
- Construir um marco conceitual que delimite os campos da adolescência e da juventude, de modo a orientar a elaboração e o desenvolvimento de políticas públicas para essa área;
- Fortalecer e ampliar a concepção de participação juvenil como um direito;
- Construir sistemas integrados de políticas públicas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária, sua diversidade e seu direito de participar das definições dessas políticas;

- Ampliar e qualificar a participação de atores da sociedade civil na formulação, na implementação e no controle social de políticas que garantam os direitos educacionais;
- Estabelecer programas públicos orientados à constituição de sistemas educacionais, considerando a singularidade dos sujeitos e a co-responsabilidade dos agentes envolvidos na sua formação e gestão;
- Estimular e fortalecer a cultura de controle cidadão por meio da ampliação e da qualificação do debate público no campo dos direitos e das políticas públicas de educação e de juventude;
- Fortalecer organizações e redes da sociedade civil nas suas ações voltadas para a universalização dos direitos humanos, a ampliação da cidadania ativa e a consolidação da democracia e da solidariedade nos âmbitos nacional e internacional.



■ Observatório da Educação e da Juventude

O Observatório da Educação e da Juventude quer ampliar o controle social das políticas públicas, fortalecendo a capacidade de influência de cidadãos e cidadãs e criando melhores condições para que possam agir e interferir coletivamente na efetivação de direitos bem como nos rumos das políticas de educação e de juventude.

Com a eleição do governo federal empossado em janeiro de 2003, comprometido com um projeto político popular e democrático para o Brasil, configura-se um espaço alargado de diálogo e um reconhecimento da sociedade civil como ator legítimo da vida política do país. No entanto, a realização desse potencial coloca-se como desafio contínuo, visto que se insere em um campo de acirradas disputas e conflitos de interesses, exigindo postura crítica bem como independência por parte das organizações sociais comprometidas com a justiça social.

As mudanças econômicas, políticas e sociais almejadas por tantos brasileiros só se realizarão, de fato, e de forma sustentável no longo prazo, quando houver uma sociedade civil forte que possa fazer valer seus valores e interesses, elaborar propostas, negociar, tomar decisões, controlar a implementação das medidas conseqüentes e defendê-las de ameaças. Para atuar de modo efetivo na arena pública os atores sociais necessitam de diversificadas instâncias de articulação, de novos canais para exercerem influência sobre as políticas, de fóruns de intercâmbio de experiências e opiniões e de informação qualificada que lhes possibilitem participar com condições mais favoráveis na conflituosa e disputada arena pública.

Uma importante linha de ação do Observatório é contribuir para fomentar e conferir rigor ao debate das políticas educacionais e de juventude, produzindo e estimulando a produção e a circulação de opiniões, análises, estudos e pesquisas sob perspectivas diferenciadas daquelas que vêm se tornando hegemônicas em ambos os campos. Além disso, o Observatório quer contribuir para capacitar cidadãos e cidadãs a ocupar mais efetivamente espaços de participação social, de modo a exercer maior influência nos mesmos, e a conseguir acionar com mais eficácia mecanismos de defesa de direitos.

